



PRODUÇÃO DE TEXTO: UM ESTUDO SEGUNDO OS PRESSUPOSTOS DA LINGUÍSTICA E DA SOCIOLINGUÍSTICA

Priscila Zorzan Ferreira¹, Tamara Cardoso André², Bruna Zorzan de Paula³

¹Mestranda em Ensino pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Foz do Iguaçu – PR / Email: pricilazorzan@gmail.com

²Doutora em Educação – UFPR / Coordenadora do Curso de Pedagogia, UNIOESTE – PR / Professora na Licenciatura em Pedagogia e no Mestrado em Ensino, UNIOESTE – PR / Email: tamaracardosoandrefoz@gmail.com

³Mestranda em Ensino pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Foz do Iguaçu – PR / Email: brunazorzandepaula@gmail.com

Resumo: Nesta pesquisa será abordada a produção de texto com base nos pressupostos de teorias da alfabetização pautadas na linguística e na sociolinguística. Trata-se de uma pesquisa de caráter qualitativo e descritivo. Aborda o ensino da leitura e da escrita a partir do ensino da relação entre letras e sons considerando suas funções sociais.

Palavras-chave: Escrita, alfabetização, linguística, produção de texto.

1. Introdução

Defende-se, neste trabalho, que o ensino inicial da leitura e da escrita tenha como base teórica os preceitos da linguística, instrumento importante para a aprendizagem, pois parte do ensino das relações entre letras e sons sem desconsiderar a diversidade linguística.

As abordagens linguísticas pressupõem que o alfabetizador reconheça o contexto do aluno e sua realidade linguística, que deve ser o ponto de partida do ensino. Ressalta-se, no entanto, que a alfabetização não deve ocorrer apenas por meio do ensino das relações entre letras e sons (grafemas e fonemas), mas que é preciso inserir os alunos em atividades significativas de ler e escrever.

2. Alfabetização e Linguística

Neste trabalho, o enfoque da alfabetização será buscado em teorias que consideram a linguística como centro de análise, em uma perspectiva interacionista. Para tais abordagens, importa no processo de alfabetização o processo de compreensão da diversidade linguística. Quando uma criança começa a produzir textos, tende a reproduzir o modo como ela fala, conforme apontam os estudos de Cagliari e Faraco. Por essa razão,



as produções escritas das crianças são submetidas a correções, exigindo que elas estejam adequadas às normas gramaticais.

Segundo Cagliari (2009), é preciso diferenciar a leitura da produção escrita. O professor precisa explicar o que é e como se escreve, além de falar sobre o uso da escrita. Os alunos precisam distinguir letras, números, símbolos, e outros, e saber usar corretamente a escrita.

[...] É fundamental e imprescindível que o professor alfabetizador saiba analisar qualquer fato que aconteça no processo de aprendizagem da leitura ou da escrita e saiba interpretar o valor correto dos acertos e erros. Assim, saberá também conduzir com tranquilidade e competência o processo de ensino (que depende do professor) e o processo de aprendizagem (que depende do aluno, mas que necessita do professor como mediador e guia). (CAGLIARI, 2009, p 161).

Cagliari (2009) destaca que para aprender a ler o aluno precisa passar por esse reconhecimento, para depois relacionar letras e sons. A alfabetização depende da capacidade linguística da criança. Assim, é imprescindível falar de linguística no processo de alfabetização, pois alfabetização e linguística estão diretamente relacionadas, associadas com a aprendizagem e utilização da fala. A linguística ajuda a criticar um dos fatores que gera dificuldades no processo de alfabetização, que é a exigência da escrita de acordo com as normas, desde o início deste processo.

Segundo Faraco (2015), em nossas escolas ainda prevalece a visão tradicional das variações linguísticas. Isso é percebido nos livros didáticos que chegam às escolas, abrindo mão das diferenças sociais. As diversas avaliações realizadas no país também apresentam os mesmos preceitos, exigindo níveis altos de domínio da norma culta, desconsiderando a realidade de cada escola. Não significa que não se deve promover o aprendizado da norma culta, mas perceber e considerar as diferentes realidades.

Faraco (2015) afirma que é necessário uma pedagogia que permita o acesso à "norma culta", mas que não desvalorize as variações linguísticas. A escola engana-se ao acreditar que a correção de um determinado elemento é satisfatória para que os alunos tenham o conhecimento da "norma culta". A escola deve ter o ensino da norma culta como objetivo final, e não o exigir como ponto de início da aprendizagem. O ensino pode ocorrer a partir da conscientização dos alunos sobre as variantes linguísticas existentes, diferenciando a língua aprendida em casa, da língua culta utilizada na escola, a fim de incorporar, durante o processo de escolarização, a norma culta.

Um ramo da linguística que trabalha com a diversidade linguística é a Sociolinguística. A Sociolinguística trata dos usos sociais da língua, considerando as



variações existentes e sua relevância no processo de ensino. Concebe o processo de alfabetização como um ponto intrinsecamente relacionado aos usos sociais da língua, considerando que se as dificuldades da alfabetização estão na transcrição da fala para a escrita, é necessário pensar nas diferenças como um ponto em destaque nesse processo. Ou seja, em uma perspectiva sociolinguística, considera-se as relações entre oralidade e escrita na alfabetização, valorizando as relações com a diversidade linguística. Conforme Cyranka (2015), a partir da Sociolinguística foi possível perceber as variações linguísticas por um olhar mais histórico-social.

[...] É a sociolinguística educacional que nasce, trazendo a possibilidade de se proceder a uma grave revisão nos programas relativos à tarefa precípua da escola de levar os alunos a desenvolverem sua competência comunicativa tanto na modalidade falada quanto na escrita. (CYRANKA, p. 32, 2015).

Para isso, Cyranka (2015) destaca que as diferenças sócio históricas devem ser consideradas em seus diferentes aspectos, pois destaca que o fracasso escolar tem se tornado cada vez maior em nossas escolas e a variação linguística tem sido cada vez menos considerada. É necessário rever o ensino da gramática tradicional, em defesa do ensino com produção crítica. Segundo o autor, as abordagens linguísticas que partem da realidade do aluno, com a análise de texto e produção estatísticas permitem que o sujeito reconheça o meio em que está inserido, que amplie o seu conhecimento e que se torne autônomo.

[...] O que cabe ao professor é, simplesmente considerando as experiências reais de seus alunos quanto ao uso da língua portuguesa, considerando a variedade linguística que eles utilizam e sua capacidade de nela se expressarem, conduzi-los nas atividades pedagógicas de ampliação de sua competência comunicativa. (CYRANKA, p. 35, 2015).

Por meio da compreensão da sociolinguística é possível ajudar os alunos assimilarem as variedades linguísticas e o uso de cada uma delas. Segundo Cyranka (2015), as abordagens linguísticas que partem da realidade do aluno, permitem que o sujeito reconheça o seu meio social, amplie o seu conhecimento e se torne autônomo.

Acerca disso, Frago (1993) afirma que na alfabetização tradicional, a aprendizagem da leitura e da escrita ocorre dissociada ao sentido, não apresentando aspectos relevantes para quem está aprendendo. Não se considera as experiências orais e culturais e são utilizados textos repetitivos, sem relação com a realidade, mas que procuram repetir as letras e sílabas trabalhadas para memorização. “Alfabetizar não é só ler, escrever e falar sem uma prática cultural e comunicativa, uma política cultural determinada” (FRAGO, 1993, p. 27). Para o autor, as pessoas não alfabetizadas utilizam de uma linguagem tão correta



quanto a de grupos alfabetizados. Afirma que se diferem e são desiguais, mas que ambas têm sua complexidade e são suficientes para serem utilizadas na “cultura ou modo de vida” dos indivíduos.

Frago (1993) destaca que a sociedade alfabetizada colocou a cultura oral numa posição de desvalorização, na qual as pessoas analfabetas são aquelas que estão “[...] imersas na miséria e pobreza cultural, não inteligentes, inferiores, de pensamento pobre e curto [...]” (FRAGO, 1993, p. 20). Segundo o autor, a sociedade acredita que a cultura escrita é superior à linguagem oral. Por isso, os grandes problemas enfrentados no processo de aquisição da leitura e da escrita se dão, em grande parte, devido à falta de estímulo da oralidade, pois esta é imprescindível para o processo de alfabetização.

3. Produção de texto

Em uma perspectiva linguística, é preciso entender que a criança, em início do processo de alfabetização, precisa escrever do seu jeito, em meio a atividades significativas, sem que lhe seja exigido a correção, pois é natural que a criança escreva exatamente do jeito que fala.

Para Busse (2015), a escola deve ensinar a norma padrão aos alunos, mas considerando a sua linguagem, aquela que tem variedades e dialetos diferentes. Para a autora, essas variações ocorrem a partir das mudanças que a língua sofreu em seu percurso histórico. “Olhar para o fenômeno da variação na língua a partir da noção de erro, lapso ou desvio significa ignorar que as línguas mudam no tempo, no espaço geográfico e socialmente.” (BUSSE, 2015, p. 29). O professor deve trabalhar a língua e sua utilização em diferentes contextos. Para isso deve partir das diversidades linguísticas presentes na sala de aula, levando o aluno a compreender a linguagem nos diferentes meios de interação.

Para formular o ensino da norma culta, em uma perspectiva linguística, é preciso partir do modo como os alunos falam e reproduzem a própria fala na escrita. Conforme Franchi (1984), o professor deve considerar a realidade de seus alunos e, se necessário, reorganizar os conteúdos conforme as necessidades de sua sala de aula.

[...] A distância entre a grafia e a representação da pronúncia de seu dialeto torna o problema da ortografia mais do que um problema de ortografia: é preciso levar as crianças a compreender as variações dialetais e a comparar a sua pronúncia com a pronúncia padrão. (FRANCHI, 1984, p. 25).



A autora destaca que as formas de intervir não devem ser para punir o aluno, mas para orientar possibilitando a interação. A utilização da linguagem é diferente em cada contexto. Diferentes situações de interação devem ser apresentadas aos alunos, propondo que eles mesmos observem e proponham mudanças em alguns diálogos. “[...] se fala de modo diferente conforme a classe social, a função social e a ocasião e circunstâncias da fala: quando estamos entre amigos, quando estamos em uma situação mais formal e cerimoniosa.” (FRANCHI, 1985, p. 54). A autora sugere o teatro para mostrar como são as formas de falar em diferentes situações. Para a produção escrita, sugere que o aluno seja incentivado a falar suas ideias antes de transpô-las ao texto escrito, sendo uma atividade significativa para os alunos.

A liberdade para escrever em situações significativas levará a criança a se apropriar da escrita. Costa-Hübes (2015, p. 17), aponta que as práticas de leitura e escrita devem ser inovadoras, propiciando aos alunos interação por meio da linguagem “[...] Assim, refletir sobre as práticas de oralidade, leitura, produção escrita e análise linguística significa levar em conta o contexto em que essas práticas estão inseridas.”

Deixar o aluno escrever do jeito que fala e não fazer correções de imediato, não significa não ensinar a norma. Acerca disso, Busse (2015) afirma que o aluno precisa aprender a diferenciar a fala e a escrita. A escrita não é a transcrição fiel da fala. O processo de alfabetização deve permitir que o aluno compreenda os diferentes usos da linguagem em seus diferentes contextos. “[...] Não considerar ou explorar atividades de consciência fonológica, por meio de músicas, trava-línguas, poesias e outros [...] torna a língua escrita algo distante e artificial para os alunos. [...]” (BUSSE, 2015, p. 33). O ensino da língua escrita não deve ser realizado pela reprodução ou memorização, sem que o aluno compreenda e produza textos com uma estrutura adequada.

Não há uma metodologia mais eficiente para a compreensão do funcionamento da escrita, que não seja aquela em que o aluno se coloque como autor do seu projeto de dizer, ou seja, que ele tenha o que dizer, para quem dizer, com um objetivo. [...]. (BUSSE, 2015, p. 40).

Sendo assim, para a autora, é a partir da contextualização e da experiência linguística que o aluno aprende.

4. Considerações Finais

As teorias da alfabetização que partem da linguística valorizam o contexto de ensino que seja significativo e interativo. Segundo Franchi (1984), a sequência de trabalhos realizados em sala é de suma importância para a aprendizagem dos alunos. O trabalho



com textos não deve ser só de leitura, mas, além disso, de observação e análise de histórias, dramatizações e reconstrução de textos, levando o aluno a tornar-se mais confiante e autônomo nas atividades.

O ensino da escrita deve ter uma função social que represente a interação do indivíduo com o mundo através da linguagem. Desta forma, o processo de alfabetização deve sempre estar relacionado com a realidade da criança, já que quando está nesse processo ela já conhece e convive no mundo letrado, ela já formula várias possibilidades e o trabalho docente se torna coerente quando o professor parte de sua realidade.

Para isso, a utilização da alfabetização com base nos preceitos da linguística é um instrumento importante para a aprendizagem pois parte do ensino das relações entre letras e sons sem desconsiderar a diversidade linguística. A utilização de atividades que envolvam práticas baseadas na realidade, além de utilização de leituras variadas são essenciais para o desenvolvimento da alfabetização, pois desta forma o sujeito compreende as variantes linguísticas e a estrutura da escrita.

Referências

BUSSE, Sanimar. Variação linguística e ensino: os desafios do ensino de língua portuguesa. In: COSTA HUBES, Terezinha da Conceição (Org.). **Práticas sociais de linguagem: reflexões sobre oralidade, leitura e escrita no ensino**. Campinas, São Paulo: Mercado de Letras, 2015, p. 25 - 42.

CAGLIARI, Luiz Carlos. **Alfabetizando sem o bá-bé-bi-bó-bu**. São Paulo: Scipione, 2009.

COSTA HUBES, Terezinha da Conceição. Por um ensino voltado às práticas discursivas com a linguagem. In: COSTA HUBES, Terezinha da Conceição (Org.). **Práticas Sociais de Linguagem: reflexões sobre oralidade, leitura e escrita no ensino**. Campinas, São Paulo: Mercado de Letras, 2015, p. 7 - 23.

CYRANKA, Lúcia f. Mendonça. A pedagogia da variação linguística é possível? In: ZILLES, A. M. S.; FARACO, C.A. (Org). **Pedagogia da Variação Linguística: língua, diversidade e ensino**. 1ª ed. São Paulo: Parábola Editorial, 2015, p. 31-51.

FARACO, Carlos Alberto. Norma culta brasileira: construção e ensino. In: ZILLES, A. M. S.; FARACO, C.A. (Org). **Pedagogia da Variação Linguística: língua, diversidade e ensino**. 1ª ed. São Paulo: Parábola Editorial, 2015, p. 19-30.

FRAGO, Antonio Viñao. **Alfabetização na sociedade e na história: vozes, palavras e textos**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1993.

FRANCHI, Eglê. **E as crianças eram difíceis...** A redação na escola. 1ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 1984.